



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

## TERMO

### **TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 712/2021/SUPEL/ÔMEGA/RO.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.125449/2021-02/SEDUC.**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Permanente: Conjuntos Refeitório a fim de atender as demandas apresentadas pelas Unidades Educacionais e Coordenadorias Regionais de Educação da rede estadual de ensino vinculadas à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC/RO.

**RECORRENTE: DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA (CNPJ 11.676.271/0001-88)**

**RECORRIDA: SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI (CNPJ 25.109.467/0001-03)**

### **TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

A Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro Substituto e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria N.º 048/GAB/SUPEL, publicada no DOE do dia 14 de abril de 2022, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, acima qualificada, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

#### **I – DA ADMISSIBILIDADE**

A Recorrente manifestou sua intenção de recurso para os **itens 05 e 07**, em momento oportuno, contra a classificação e habilitação da licitante Recorrida, alegando que:

*“Apresentamos intenção visto que a empresa não atendeu ao edital, cotando material antigo, diferente do publicado. Produto não atende. Decorreremos no recurso.”*

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 44 do Decreto Estadual nº 26.182/2021, o Pregoeiro Substituto recebe e conhece a intenção interposta, por **reunir as hipóteses legais, intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade**, sendo considerado **TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.**

## **II. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INTENÇÃO DE RECURSO E SUAS RAZÕES**

Considerando que a atividade do pregoeiro quanto à análise das intenções dos recursos manifestadas na sessão do pregão deve se restringir à verificação da existência dos pressupostos recursais, a saber, a sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, nos termos do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, bem como o Decreto Estadual nº 26.182/2021, art. 44, esta Pregoeira acolheu a manifestação da licitante **DELTA PRODUTOS E SERVICOS LTDA**, possibilitando a mesma a apresentação da peça recursal, eis que, no caso em tela, estão presentes os pressupostos recursais.

## **III. DAS RAZÕES RECURSAIS**

“(…)

Ocorre que a SUPEL neste caso está correndo o sério risco de contratar com um fornecedor que ESTÁ ARROLADO NO PROCESSO DE PENALIDADE 01432/2020 SUPEL/RO – processo nº 0029.213702/2019-51, processo esse que foi finalizado com a punição das empresas do grupo Tok Plast pela prática de conluio, ficando impedidas de licitar com o Estado. CONFORME PROCESSO, FOI CONSTATADO QUE FAZ PARTE DO GRUPO TOK PLAST, AGINDO EM CONLUIO AS 3 EMPRESAS (CAPELLI, SOLUÇÃO E BELCHAIR), ASSIM CONTINUAM PRATICANDO O MESMO DELITO, UMA ENCOBRINDO A OUTRA, ENTRANDO NO CERTAME APENAS PARA AJUDAR AS EMPRESAS PENALIZADAS, IMPEDIDAS DE LICITAR COM O ESTADO DE RONDÔNIA. COMO PODE, ACEITAÇÃO DE UMA EMPRESA QUE FOI ALVO DE INVESTIGAÇÃO, TENDO PARTICIPADO DO CONLUIO ONDE FORAM PENALIZADAS AS EMPRESAS E NO PRESENTE PROCESSO PRATICARAM O MESMO ATO.

E AINDA, CONFORME CONSULTA SEI/AL, A EMPRESA SOLUÇÃO ESTÁ INTIMADA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE Nº E:04105.0000000344/2022, JUNTO AO ESTADO DE ALAGOAS - AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS, REFERENTE A SUA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.355/2021, tendo apresentado atestado de capacidade técnica adulterado.

Acesso consulta pública, teor intimação:

[https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?d-qBlq\\_KF4\\_2fdKMgucKGw2SOOsdRDgKOTtYkpTOQj3b1\\_XPzSPiCZL74vCcFAKu7R3owFeCOg5Xo-03eqVw\\_PuSYc3H53IT3RCM8I6v4BPuuH9AZofZa0mwiTX6cdSe](https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOOsdRDgKOTtYkpTOQj3b1_XPzSPiCZL74vCcFAKu7R3owFeCOg5Xo-03eqVw_PuSYc3H53IT3RCM8I6v4BPuuH9AZofZa0mwiTX6cdSe)

[https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?d-qBlq\\_KF4\\_2fdKMgucKGw2SOOsdRDgKOTtYkpTOQj3\\_v-1y\\_JD2i5kNUA6phgs93gEjS7gVpEhuXNpS0TdNSUDU1-qQFt40dmlXt\\_roBeJMDMW3uPd1BLxbSOjuhfCn](https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOOsdRDgKOTtYkpTOQj3_v-1y_JD2i5kNUA6phgs93gEjS7gVpEhuXNpS0TdNSUDU1-qQFt40dmlXt_roBeJMDMW3uPd1BLxbSOjuhfCn)

Ou seja, fica COMPROVADO que a empresa tem idoneidade totalmente duvidosa, não só no estado de Rondônia, .

Além desta fraude GRAVÍSSIMA, descumpriu o item 11.5.1 alínea j do edital “Certificado de garantia/declaração do fabricante.

Outro item descumprido, foi que não apresentou atestado de capacidade técnica para todos os itens.

[...]

### **IV- DO CERTIFICADO DE GARANTIA**

De acordo com Edital da licitação em apreço de forma inconteste, estabelecido ficou que um dos documentos necessários para a apresentação e aceitação da proposta de preços, no item 11.5.1 alínea J vejamos:

[...]

j) Certificado de garantia/declaração do fabricante, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais

defeitos de fabricação, excluindo os originados pelo mau uso ou desgaste natural das peças.  
[...]

A Solução cotou Marca Tok, do fabricante Toki Plasti, porém não apresentou certificado de garantia fornecido pela fabricante, apresentou a própria Solução emitente, MAS ELA NÃO É A FABRICANTE DECLARADA, indo em desacordo com o que exigido na clausula 11.5.1 alínea J já destacada acima, FATO ESSE PREPONDERANTE PARA SUA DESCLASSIFICAÇÃO.

O item 13.5 do edital é claro “As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, SERÃO INABILITADAS.

[....]

#### V - DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Outro ponto que podemos destacar que não foi cumprindo pela licitante SOLUÇÃO diz respeito ao atestado de capacidade técnica, o edital reza o seguinte:

##### “13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar atestado de capacidade técnica, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente E COMPATÍVEL COM O OBJETO DA LICITAÇÃO, observando-se para tanto o disposto na Orientação Técnica 01/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017”.

A SOLUÇÃO apresentou apenas um atestado como (conjunto refeitório), emitido pelo Governo do ES (atestados esse que está sendo investigado no processo acima citado no Estado de AL), sabemos que tal fornecimento foi apenas de mesa com 05 assentos sobre longarina, e o objeto do presente pregão é mesa com cadeira avulsa com assento e encosto, ou seja, não comprovou fornecimento anterior do objeto licitado, SENDO ESSE TAMBÉM UM FATOR PREPONDERANTE PARA SUA DESCLASSIFICAÇÃO.

O item 13.5 do edital é claro “As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, SERÃO INABILITADAS.

Sabe-se que os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de documento subscrito por terceiro “alheio” à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir capacitação e expertise técnica. Inclusive, é importante acrescentar que esta é a premissa pela qual há na LEI 8.666/93 e na nova Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 a exigência de serem solicitados atestados de capacidade técnica em Editais de concorrências Públicas.

Portanto, trata-se de documento em que há verdadeiros testemunhos de determinadas pessoas físicas ou jurídicas sobre o determinado fornecimento ou serviço.

Por isso mesmo, o Atestado de Capacidade Técnica deve guardar a devida isenção e moralidade, não podendo ser usado como artifício ou meio fraudulento para uma empresa sagrar-se vencedora de processo licitatório.

Independentemente de qualquer justificativa, não seguindo as exigências editalícias, deve ser o licitante DESCLASSIFICADO e a administração assim estará seguindo a lei de licitações.

Assim, cabe a Administração Pública analisar detidamente tal documento não só sob a égide da vinculação ao instrumento convocatório, mas principalmente em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública. Inteligência do art. 5º da Lei 14.133/21 que assim prevê:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da

competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Portanto, a regra de vinculação ao instrumento convocatório não pode ser apreciada isoladamente, mas sim concomitantemente com os princípios acima mencionados.

Aliás, no artigo 9º veda aos agentes públicos inúmeras condutas que visem frustrar o caráter competitivo do certame.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

[...]

## VI – DO DIREITO

Mediante ao exposto, cabe a Administração Pública analisar minuciosamente tais afirmações e constações, não só sob a égide da vinculação ao instrumento convocatório, mas e principalmente em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública. Inteligência do art. 3º da Lei 8.666/93 que assim prevê:

“Art. 3º- A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a regra de vinculação ao instrumento convocatório não pode ser apreciada isoladamente, mas sim concomitantemente com os princípios acima mencionados.

Aliás, este mesmo artigo em seu parágrafo primeiro veda aos agentes públicos inúmeras condutas que visem frustrar o caráter competitivo do certame.

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

“I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;”

E assim, é de se chegar à lógica conclusão de que manter a licitante SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS EIRELI habilitada é o mesmo que rasgar o edital, descumprindo assim com os dispositivos editalícios, não podendo prevalecer de forma alguma, restando inobservada, também, a necessidade basilar de respeito aos ditames do instrumento convocatório, o que é expressamente vedado também pelo art. 3º, §1º, da Lei 8.666/93.

Aproveitamos aqui, para impugnar qualquer tentativa INTEMPESTIVA da licitante SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS EIRELI tentar demonstrar através de qualquer outro documento, que atende ou atendeu a todas as exigências do edital.

E assim, seja provido, em todos os seus termos, o presente instrumento, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a ampla defesa e a LEGALIDADE.

[...]

## VII – DO PEDIDO

De sorte, tomando por base todo o exposto, requer que seja conhecido o recurso e, após regular processamento, seja reconsiderada a decisão adotada por ser o ato insustentável juridicamente, resguardando as reais necessidades administrativas como atrás referidas, por ser a mais JUSTA, racional, coerente decisão.

Com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer que essa Conceituada Comissão de Licitações INABILITE LICITANTE SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, POR NÃO CUMPRIR COM TODAS AS EXIGENCIAS DO EDITAL CONFORME JÁ RELATADO ACIMA.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando, às autoridades superiores, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos  
P. Deferimento

DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA

## **IV. DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA**

“(…)

A empresa DELTA afirma em suas razões recursais que:

“Ocorre que a SUPEL neste caso está correndo o sério resisco de contratar com um fornecedor que ESTÁ ARROLADO NO PROCESSO DE PENALIDADE 01432/2020 SUPEL/RO – processo nº 0029.213702/2019-51, processo esse que foi finalizado com a punição das empresas do grupo TokPlast pela prática de conluio, ficando impedidas de licitar com o Estado. CONFORME PROCESSO, FOI CONSTATADO QUE FAZ PARTE DO GRUPO TOK PLAST, AGINDO EM CONLUIO AS 3 EMPRESAS (CAPELLI, SOLUÇÃO E BELCHAIR), ASSIM CONTINUAM PRATICANDO O MESMO DELITO, UMA ENCOBRINDO A OUTRA, ENTRANDO NO CERTAME APENAS PARA AJUDAR AS EMPRESAS PENALIZADAS, IMPEDIDAS DE LICITAR COM O ESTADO DE RONDÔNIA. COMO PODE, ACEITAÇÃO DE UMA EMPRESA QUE FOI ALVO DE INVESTIGAÇÃO, TENDO PARTICIPADO DO CONLUIO ONDE FORAM PENALIZADAS AS EMPRESAS E NO PRESENTE PROCESSO PRATICARAM O MESMO ATO.”

A empresa SOLUÇÃO não possui contato com as empresas CAPELLI e BELCHAIR como alega a DELTA. São empresas diferentes, com sócios diferentes, não tendo a empresa recorrida qualquer controle nem conhecimento sobre os fornecedores que cada uma contrata. Alegar que a mesma “participa de uma fraude em relação a “competir” com as empresas do grupo Tok” é uma falácia e não condiz com a verdade dos fatos.

A SOLUÇÃO nem mesmo participou da licitação ao qual a recorrente refere haver processo de penalidade. Não há sentindo algum acusar, sem provas, a recorrida de participação em conluio, se nem mesmo ela estava presente no certame que gerou tais acusações.

As empresas citadas têm o direito de contratar com qualquer fornecedor e se elas possuem contrato com a TOKPLAST ou não, foge do conhecimento da SOLUÇÃO.

Em relação a empresa TOKPLAST, a recorrida também não tem conhecimento sobre as investigações e penalidades que incorrem contra a empresa, sendo esta apenas sua fornecedora. Fornecendo sempre nos prazos e nas especificações solicitadas, sem nada a reclamar. Para tanto, a SOLUÇÃO assume a responsabilidade ao cotar a marca.

Para fazer tais alegações a empresa DELTA tem que apresentar provas, e isto não ocorre em nenhum momento. Apenas quer fazer confusão para levantar dúvidas nos participantes do certame.

A recorrente alega também em suas razões que:

“E AINDA, CONFORME CONSULTA SEI/AL, A EMPRESA SOLUÇÃO ESTÁ INTIMADA NO PROCESSO

ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE Nº E: 04105.0000000344/2022, JUNTO AO ESTADO DE ALAGOAS - AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS, REFERENTE A SUA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.355/2021, tendo apresentado atestado de capacidade técnica adulterado.

Acesso consulta pública, teor intimação:

[https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?d-qBlq\\_KF4\\_2fdKMgucKGw2SOsdRDgKOTtYkpTOQj3b1\\_XPzSPiCZL74vCcFAKu7R3owFeCOg5Xo-03eqVw\\_PuSYc3H53IT3RCM8I6v4BPuuH9AZofZa0mwiTX6cdSe](https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOsdRDgKOTtYkpTOQj3b1_XPzSPiCZL74vCcFAKu7R3owFeCOg5Xo-03eqVw_PuSYc3H53IT3RCM8I6v4BPuuH9AZofZa0mwiTX6cdSe)

[https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?d-qBlq\\_KF4\\_2fdKMgucKGw2SOsdRDgKOTtYkpTOQj3\\_v-1y\\_JD2i5kNUA6phgs93gEjS7gVpEhuXNpS0TdNSUDU1-qQFt40dmlXt\\_roBeJMDMW3uPd1BLxbSOjuhfCn](https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOsdRDgKOTtYkpTOQj3_v-1y_JD2i5kNUA6phgs93gEjS7gVpEhuXNpS0TdNSUDU1-qQFt40dmlXt_roBeJMDMW3uPd1BLxbSOjuhfCn)

Ou seja, fica COMPROVADO que a empresa tem idoneidade totalmente duvidosa, não só no estado de Rondônia.”

Como averiguado o primeiro link apresentado pela recorrente exibe a mensagem “documento inválido” e o segundo link é do atestado da empresa SOLUÇÃO. A recorrente alega equivocadamente, fazendo suposições sem o mínimo de ética e responsabilidade, que a recorrida teria fraudado o atestado de capacidade técnica, o que é um absurdo e não condiz com comportamento ético e responsável da empresa SOLUÇÃO MÓVEIS.

O atestado apresentado foi executado em sua integralidade nos termos especificados, podendo ser consultado no link: [https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario\\_oficial-](https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario_oficial-) utilizando o filtro de período 01/01/2017 a 30/12/2019 e nome da empresa.

A notificação da AMGESP por suspeita de falsificação de assinatura, a qual se refere a recorrente, foi sanada em diligência junto ao Governo do Espírito Santo. E nesta oportunidade, a SOLUÇÃO encaminha emails que foram trocados com a Elaine Leopoldino Ferreira (Subgerente de Mobiliários e Equipamentos) do SEDU/SEGE/GAE/SUMOBÊ atestando a veracidade das informações e assinaturas constantes no atestado, para o email indicado no edital: [supel.omega@gmail.com](mailto:supel.omega@gmail.com).

O órgão licitante também possui o direito de promover diligência para apuração da veracidade dos atestados apresentados. A promoção de diligência em face do atestado de capacidade técnica pode ter como finalidade tanto a complementação de informação ausente no documento como a confirmação dos fatos nele descritos. Pode ser feita junto à empresa ou ao emissor do atestado, ficando a cargo da comissão ou do pregoeiro decidir qual opção será mais rápida e segura. Podendo inclusive solicitar ao próprio licitante que apresente a cópia da nota fiscal relativa aquele fornecimento/serviço referido no atestado.

O § 3º do artigo 43 da Lei 8666/93 disciplina sobre a realização de diligência sempre que necessário, a saber:

“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

O próprio edital menciona também esta possibilidade, vejamos:

“13.8.5. O (s) Atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito privado, bem como o (s) atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito público deverá (rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente, vale ressaltar, que a ausência das informações do órgão, cargo e matrícula do emitente nos atestados de capacidade técnica, não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, incluído pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL;”

A promoção de diligência é realizada sempre que a comissão julgadora se esbarrar com alguma dúvida. E neste caso, a empresa SOLUÇÃO se dispõe a apresentar e esclarecer o que o órgão licitante venha a requerer para comprovação da veracidade dos nossos atestados, não tendo nada a esconder.

Não é razoável, que a empresa Recorrente se socorra em fundamentos estapafúrdios e sem base para simplesmente tumultuar o processo, ficando muito claras suas intenções, sendo que tal pleito não pode ter êxito.

A proposta apresentada pela recorrida comprova o pleno atendimento das disposições editalícias. Ainda assim, havendo dúvida acerca das informações prestadas, poderá esta D. Comissão proceder o que achar necessário para confirmar o atendimento das disposições citadas.

[...]

No tópico IV – DO CERTIFICADO DE GARANTIA alega a recorrente que:

“De acordo com Edital da licitação em apreço de forma inconteste, estabelecido ficou que um dos documentos necessários para a apresentação e aceitação da proposta de preços, no item 11.5.1 alínea J vejamos:

[...]

j) Certificado de garantia/declaração do fabricante, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação, excluindo os originados pelo mau uso ou desgaste natural das peças.

[...]

A Solução cotou Marca Tok, do fabricante TokiPlasti, porém não apresentou certificado de garantia fornecido pela fabricante, apresentou a própria Solução emitente, MAS ELA NÃO É A FABRICANTE DECLARADA, indo em desacordo com o que exigido na cláusula 11.5.1 alínea J já destacada acima, FATO ESSE PREPONDERANTE PARA SUA DESCLASSIFICAÇÃO.”

Pois bem, sabe-se que a garantia técnica é um benefício concedido pelo fornecedor-direto (vendedor do bem ou prestador do serviço) ou pelo fornecedor-indireto (fabricante do produto). Ao apresentar o certificado de garantia pelo fornecedor direto, a SOLUÇÃO MÓVEIS assume a responsabilidade pela assistência técnica dos produtos ofertados.

Nenhum fabricante, seja qual for, iria prestar um serviço de suporte técnico caso não seja contratado para tanto, pois a garantia é um produto do fabricante. Ademais, uma vez homologada como vencedora do certame, qualquer que seja a proponente contemplada, ela se obriga, sob as penas da lei, a prestar a garantia nos termos do edital. Ou seja, a vencedora não poderá deixar de contratar o respectivo Fabricante para a prestação da garantia especificada.

Por oportuno vale ressaltar o entendimento do TCU de que, em regra, a Administração Pública não pode demandar a declaração de fabricante, carta de solidariedade ou credenciamento como condição de habilitação do licitante. O fundamento utilizado pelo TCU, sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor – CDC, é o seguinte: ao contratar bens e serviços como destinatária final, a Administração caracteriza-se como consumidora, beneficiando-se das proteções inerentes ao CDC. Esse Diploma, por sua vez, dita que o fornecedor e o fabricante são solidariamente responsáveis pelos produtos que disponibilizam. Desnecessária, portanto, a apresentação de carta de solidariedade, haja vista que a responsabilidade solidária já é imposta por força de Lei.

Ainda a respeito do tema, também vale lembrar o que estabelece a Lei 8.078 de 11/09/1990 no seu Art. 24, que vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com o fabricante: “Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.”. E os artigos 18 e 19, também do CDC, asseguram que a responsabilidade pelos vícios de qualidade ou quantidade, que tornem os produtos duráveis ou não duráveis, impróprios ou inadequados ao consumo, são solidariamente do fornecedor.

Se porventura esta Douta Comissão entender que deveria a garantia ser apresentada pelo fabricante e não pelo seu fornecedor direto, a SOLUÇÃO entende que esta complementação poderá ser feita no decorrer do processo, por se tratar de uma falha sanável, conforme o DECRETO Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 em seu artigo 47 (DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO - ERROS OU FALHAS), vejamos:

“Art. 47 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.” (Grifos nossos)

Reiteramos por fim que nossa proposta está totalmente vinculada ao instrumento convocatório, e que a garantia dos materiais ofertados será prestada em conformidade com as exigências técnicas constante no edital e seus anexos.

[...]

No tópico V – DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA a recorrente aponta o que se segue:

“A SOLUÇÃO apresentou apenas um atestado como (conjunto refeitório), emitido pelo Governo do ES (atestados esse que está sendo investigado no processo acima citado no Estado de AL), sabemos que tal fornecimento foi apenas de mesa com 05 assentos sobre longarina, e o objeto do presente pregão é mesa com cadeira avulsa com assento e encosto, ou seja, não comprovou fornecimento anterior do objeto licitado, SENDO ESSE TAMBÉM UM FATOR PREPONDERANTE PARA SUA DESCLASSIFICAÇÃO.”

Primeiramente, sobre a quantidade de atestados apresentados, a Lei de Licitação em nenhum momento concede a possibilidade de exigir um número mínimo de atestados. A Administração não possui discricionariedade para tal, ou seja, não pode exigir algo que a lei não lhe permita.

Ademais, o particular pode em apenas um contrato ter executado objeto idêntico ou até superior a do objeto licitado, em que apenas este atestado já seria suficiente para demonstrar a capacidade da empresa. Acerca do assunto, o professor Carlos Pinto Coelho Motta leciona:

“não é admissível a exigência de número mínimo, ou máximo, ou mesmo certo, de atestados de capacitação técnica” (in Eficácia nas Licitações e Contratos, 11ª ed., Belo Horizonte, Del Rey, 2008. p. 377).

Conforme também o instrumento convocatório em seu item 13.8.3:

“13.8.3. O (s) Atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito privado deverá (rão) ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o (s) atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito público deverá (rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente. O não reconhecimento de firma não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, incluído pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL.

a) Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET)– Apresentar atestado compatível em características.

a.1) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu material permanente, condizentes com os itens que apresentar proposta.

b) Para os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET). Apresentar atestado compatível em características e quantidades.

b.1) Entende-se por pertinente em quantidades o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, demonstrem que a licitante forneceu quaisquer dos itens relacionados no subitem 3.3. do (Termo de Referência – ANEXO I), na quantidade correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para cada item, ou do somatório destes, quando se tratar de proposta para mais de um item, considerando que estes guardam similaridade entre si.”(Grifos nossos)

Como podemos ver, o atestado apresentado pela SOLUÇÃO, mesmo sendo apenas 1, atende em quantidade o solicitado no edital, que seria de 10% do quantitativo para cada item.

Quanto as características do conjunto refeitório apresentado, a recorrida alega a incompatibilidade dos itens do atestado com os do edital, o que não procede. Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório. O fato da cadeira ser sobre longarina ou avulsa não tira a capacidade técnica do fornecedor, apenas traz especificações que a empresa tem total capacidade de cumprir.

O edital, a despeito do que alegou a Recorrente, permite a apresentação de atestados de capacidade técnica contendo objetos compatíveis e pertinentes, inexistindo determinação de que os atestados versem exclusivamente sobre cadeiras avulsa com assento e encosto.

É pacífico o entendimento jurisprudencial de que não se pode exigir a apresentação de atestado com indicação de objeto idêntico ao licitado, bastando que haja apenas compatibilidade:

“Exigir comprovação de experiência anterior em condições idênticas ao objeto que será contratado poderá inexoravelmente, excluir potenciais licitantes que teriam condições de atender às



necessidade da Administração Pública, em razão de experiência no desenvolvimento de serviços ou produtos similares ao licitado, o que, além de não realizar de forma efetiva os fins da licitação – o princípio da isonomia e a escolha da proposta mais vantajosa –, desatende ao previsto no inciso XXI do art. 37 da Constituição de 1988.” (TCMG – Denúncia nº 812442).

Compatível significa similar e, portanto, não implica que o objeto descrito no atestado seja idêntico ao objeto licitado.

Corroborando com o exposto, vejamos o posicionamento do Tribunal de Contas da União:

“(…) 9. O art. 30 da Lei 8.666/93 e seu inciso II diz, entre outras coisas, que a exigência para a qualificação técnica deve ser compatível em quantidades. Portanto, é possível se exigir quantidades, desde que compatíveis. Por compatível, se entende ser assemelhada, não precisa ser idêntica. A semelhança depende da natureza técnica da contratação, pois, para certas coisas, quem faz uma, faz duas. (...)” (TCU – REPR: 01200120027, Relator: Benjamin Zymler, Data de Julgamento: 25/09/2002) (gn).

Pois bem, os atestados fornecidos pela recorrida atendem perfeitamente os requisitos do edital, da instrução normativa e da lei, pois versa sobre produtos similares ao solicitado no objeto deste certame.

Mais adiante em suas razões recursais, a empresa DELTA diz:

“Por isso mesmo, o Atestado de Capacidade Técnica deve guardar a devida isenção e moralidade, não podendo ser usado como artifício ou meio fraudulento para uma empresa sagrar-se vencedora de processo licitatório.

Independentemente de qualquer justificativa, não seguindo as exigências editalícias, deve ser o licitante DESCLASSIFICADO e a administração assim estará seguindo a lei de licitações.”

Mais uma vez a DELTA acusa, sem nenhuma prova, que o atestado foi usado de forma fraudulenta pela SOLUÇÃO. Como especificado anteriormente, o órgão licitante, se assim desejar, pode promover a diligência necessária para seu convencimento e não se ater a acusações falsas e inconsistentes.

Pelo exposto, constata-se que as alegações da empresa recorrente quanto a falta de autenticidade do atestado da recorrida, não deve prosperar, por ser desarrazoada, leviana e sem qualquer fundamentação técnico ou legal, senão o evidente intuito de macular, inclusive, a idoneidade do GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, que é quem atestou a capacidade técnica da Empresa SOLUÇÃO.

A proposta e os documentos de habilitação no que tange a catálogos, atestados de capacidade técnica e declaração de garantia foram apresentados em conformidade com o edital.

Como ficou evidente, o recurso da empresa DELTA não merece prosperar, uma vez que se trata de simples alegações sem fundamento e carregados de suposições.

Devendo a decisão de classificar a empresa SOLUÇÃO MÓVEIS ser mantida, sendo esta apta a cumprir com todos os termos estabelecidos no instrumento convocatório.

[...]

#### 4) DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS A RECORRENTE:

Conforme restou claramente evidenciado, o intuito da Recorrente foi somente tumultuar o certame, retardando a contratação da licitante vencedora. Tal prática é amplamente combatida pelo Art. 7º da lei do pregão eletrônico, e tem sido motivo de severas sanções aos licitantes procrastinadores. Vale a pena, inclusive, transcrever o referido artigo:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

A análise apurada da conduta da Recorrente demonstra que o recurso interposto, por se tratar de medida sem qualquer fundamento, teve condão para ensejar o retardamento do pregão.

Diante disso, não resta alternativa a V. Exa. senão aplicar à Recorrente as penalidades de multa e impedimento de licitar com a administração pública pelo prazo de 5 anos.

#### 5) DOS PEDIDOS:

Diante ao exposto, tendo em vista que a contrarrazoante atendeu a todos os requisitos exigidos no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 712/2021/ÔMEGA/SUPEL/RO - PROCESSO Nº 0029.125449/2021-02, ante aos fatos narrados e as razões de direito aduzidas na presente peça, REQUER que seja conhecida a presente CONTRARRAZÃO e declarada a total improcedência do RECURSO, através de indeferimento do pleito da empresa recorrente DELTA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.

REQUER que seja provida, em todos os seus termos, a presente contrarrazão, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa. Devendo ser mantida a classificação da empresa SOLUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI como vencedora nos itens 5 e 7, por cumprir com todas as condições e exigências do edital.

Por fim, REQUER que seja devidamente motivada a decisão tomada, caso se entenda pelo provimento do Recurso, devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

(...)"

#### V. DA ANÁLISE:

**Não ASSISTE razão** a Recorrente pelos motivos abaixo descritos:

Na sua peça recursal, a recorrente inicia afirmando que a empresa SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI está arrolada *"NO PROCESSO DE PENALIDADE 01432/2020 SUPEL/RO – processo nº 0029.213702/2019-51, processo esse que foi finalizou com a punição das empresas do grupo Tok Plast pela prática de conluio, ficando impedidas de licitar com o Estado. CONFORME PROCESSO, FOI CONSTATADO QUE FAZ PARTE DO GRUPO TOK PLAST, AGINDO EM CONLUIO AS 3 EMPRESAS (CAPELLI, SOLUÇÃO E BELCHAIR), ASSIM CONTINUAM PRATICANDO O MESMO DELITO, UMA ENCOBRINDO A OUTRA, ENTRANDO NO CERTAME APENAS PARA AJUDAR AS EMPRESAS PENALIZADAS, IMPEDIDAS DE LICITAR COM O ESTADO DE RONDÔNIA."*

O processo administrativo citado na sua peça recursal se trata de procedimento licitatório para "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mobiliário escolar (conjunto refeitório)", cujo Edital de licitação foi publicado sob o número 245/2019, com abertura da sessão ocorrida em do dia 17 de setembro de 2019 e Adjudicação em 09 de dezembro de 2019. Através da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 259/2019, fora registrado os objetos e valores conforme SEI ID (0030648638).

Já o citado processo de penalidade 01432/2020, trata-se de processo oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/ RO, acerca de *"Denúncia - Supostas irregularidades praticas por 06 (seis) empresas, durante a participação em licitações na modalidade pregão, nos âmbitos federal, estadual e municipal"*, onde a empresa Recorrida é citada na referida denúncia por comercializar produtos da Tok Plast Metal. Tal denúncia está em apuração.

Quanto a afirmação:

""[...]

E AINDA, CONFORME CONSULTA SEI/AL, A EMPRESA SOLUÇÃO ESTÁ INTIMADA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE Nº E:04105.0000000344/2022, JUNTO AO ESTADO DE ALAGOAS - AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS, REFERENTE A SUA

PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.355/2021, tendo apresentado atestado de capacidade técnica adulterado.

Acesso consulta pública, teor intimação:

[https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?d-qBlq\\_KF4\\_2fdKMgucKGw2SOOsRDgKOTtYkpTOQj3b1\\_XPzSPiCZL74vCcfAKu7R3owFeCOg5Xo-03eqVw\\_PuSYc3H53IT3RCM8I6v4BPuuH9AZofZa0mwiTX6cdSe](https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOOsRDgKOTtYkpTOQj3b1_XPzSPiCZL74vCcfAKu7R3owFeCOg5Xo-03eqVw_PuSYc3H53IT3RCM8I6v4BPuuH9AZofZa0mwiTX6cdSe)  
[https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?d-qBlq\\_KF4\\_2fdKMgucKGw2SOOsRDgKOTtYkpTOQj3\\_v-1y\\_JD2i5kNUA6phgs93gEjS7gVpEhuXNpS0TdNSUDU1-qqFt40dmlXt\\_roBeJMDMW3uPd1BLxbSOjuhfcN](https://sei.al.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?d-qBlq_KF4_2fdKMgucKGw2SOOsRDgKOTtYkpTOQj3_v-1y_JD2i5kNUA6phgs93gEjS7gVpEhuXNpS0TdNSUDU1-qqFt40dmlXt_roBeJMDMW3uPd1BLxbSOjuhfcN)

Ou seja, fica COMPROVADO que a empresa tem idoneidade totalmente duvidosa, não só no estado de Rondônia, ."

Registro que conforme o Edital, em seu subitem 13.17, foi realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU, bem como ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, referente à recorrida, NÃO havendo impedimento para participar de procedimento licitatório, documento SEI ID 0027930519. Bem como o link encaminhado pela recorrente na contrarrazão não direciona para nenhum sítio eletrônico e

Quanto ao CERTIFICADO DE GARANTIA exigido no subitem 11.5.1 "j" do Edital:

*"j) Certificado de garantia/declaração do fabricante, de no mínimo 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação, excluindo os originados pelo mau uso ou desgaste natural das peças."*

Na proposta de preços apresentada pela Recorrida (SEI ID 0023782993) consta a seguinte informação: *"garantia de 5 (cinco) anos para os itens propostos para participação no Pregão 712/2021/ ÔMEGA/SUPEL/RO da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO, contra eventuais defeitos de fabricação, excluindo os originados pelo mau uso ou desgaste natural das peças."*

Assim, cumprindo o princípio da razoabilidade, informamos que diligenciamos a fabricante TOKPLAST (SEI ID 0030643364) para apresentação de catálogo dos objetos ofertados pela licitante SOLUCAO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, e foi confirmado o período de garantia para os itens dos objetos do referido pregão, bem como foi encaminhado pela fabricante o Certificado de Garantia fornecido a empresa Solução antes do processo licitatório. Assim, restou comprovado a garantia do produto.

Quanto a alegação de que a recorrida não apresentou ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA compatível com o objeto licitado, venho informar que o Edital rege:

*"(...)*

*13.8.3. O (s) Atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito privado deverá (rão) ter firma do emitente reconhecida em cartório competente; o (s) atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito público deverá (rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente. O não reconhecimento de firma não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, incluído pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL.*

*a) Para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET)– Apresentar atestado compatível em características.*

*a.1) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu material permanente, condizentes com os itens que apresentar proposta.*

*b) Para os itens 1, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 (Cadastrados no COMPRASNET)Apresentar atestado compatível em características e quantidades.*

*b.1) Entende-se por pertinente em quantidades o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma de atestados, demonstrem que a licitante forneceu quaisquer dos itens relacionados no subitem 3.3. do (Termo de Referência – ANEXO I), na quantidade correspondente a no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para cada item, ou do somatório destes, quando se tratar de proposta para mais de um item, considerando que estes guardam similaridade entre si (...)"*

A Recorrida apresentou atestados de mobiliário (conjunto refeitório), em compatibilidade com o objeto ora licitado, conforme comprovações constantes no documento SEI ID 0023782948, página 30.

Destaco que a exigência de compatibilidade entre o ramo de atividade das empresas licitantes e o objeto do certame licitatório previsto no Edital não pode ser vista de forma restritiva, não podendo se ater a uma semelhança literal e sim analisar se há uma relação de pertinência, devendo a Administração Pública, ao fazer a análise da documentação técnica das empresas participantes, verificar se são compatíveis, de forma geral, com os serviços objeto da licitação.

Nesse contexto, trago à baila decisão do Tribunal de Contas da União, na qual destacou acerca da inabilitação de licitantes, dispondo que a falta de previsão expressa do objeto licitado em seu contrato social fere o caráter competitivo da licitação, conforme se observa do teor do seguinte julgado (Acórdão nº 571/2006 – Plenário):

*“No que tange à questão de o objeto social ser incompatível com a atividade de transporte de pessoas, verifico uma preocupação exacerbada por parte dos gestores ao adotar a decisão de inabilitar a empresa. A administração procurou contratar uma prestadora de serviços devidamente habilitada para o exercício dos serviços terceirizados e, ao constatar que o objeto social da empresa Egel, na época da licitação, era ‘locação de veículos; locação de equipamentos; coleta, entrega e transporte terrestre de documentos e/ou materiais’, vislumbrou que não estava incluída a possibilidade do transporte de pessoas.*

*De fato, não está expressamente consignado no contrato social o serviço de transporte de pessoas almejado pela CNEN. Porém, constam dos autos três atestados de capacidade técnica apresentados pela Egel que comprovam a prestação dos serviços desejados para três distintas pessoas jurídicas de direito público. (fls. 90, 99 e 100)*

*Se uma empresa apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, não seria razoável exigir que ela tenha detalhado o seu objeto social a ponto de prever expressamente todas as subatividades complementares à atividade principal.”*

No mesmo sentido, convém mencionar o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas de Minas Gerais que também já decidiu em situações similares:

*“Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o*

objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara)''

''Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara)''

Diante de todo exposto, este Pregoeiro entende, que só há a necessidade de revisão de atos realizados quando houver motivo cabal de nulidade ou convalidação, o que não houve no caso em tela, pois conforme demonstrado e justificado no mérito, os argumentos apresentados pela Recorrente não trouxeram ensejos suficientemente razoáveis, não sendo os mesmos suficientes para motivar a reformulação do julgamento proferido na decisão exarada na ata da sessão do certame em epígrafe.

Assim sendo, restou demonstrado que o fim público foi atingido, tendo a Administração selecionado a melhor proposta, ficando claro o atendimento ao instrumento convocatório, aos Princípios da legalidade e da razoabilidade e que foi dada ampla transparência a todo o procedimento.

## **VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Isto posto, em cumprimento ao art. 17, inc. VII, do Decreto Estadual nº 21.182/2021, após análise dos recursos manifestos, recebidos e conhecidos, com base nas considerações aqui esposadas, à luz dos princípios que regem o processo licitatório, opino pela sua **IMPROCEDÊNCIA**, mantendo a Recorrida habilitada neste certame.

Importante destacar que esta decisão, não vincula a deliberação superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base no que foi carreado a este certame, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe à análise e a conclusão.

Em cumprimento ao § 4º, do art. 109, da Lei de Licitações, submeto a presente decisão à análise do Superintendente Estadual de Compras e Licitações, para manutenção ou reformulação da mesma.

Porto Velho, 22 de julho de 2022.

**RONALDO ALVES DOS SANTOS**  
Pregoeiro Substituto- Equipe ÔMEGA/SUPEL  
Mat. 200006353



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Alves dos Santos, Pregoeiro(a)**, em 25/07/2022, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0030649272** e o código CRC **7FFD4D70**.